



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA E DE OBRAS PÚBLICAS

EXMO SENHOR


Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Administração Pública

N/Refª: 8 /CEOP

Data: 29 de janeiro de 2014

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Conta Geral do Estado 2012 que foi aprovado por unanimidade, na reunião desta Comissão realizada em 29 de janeiro.

Com os meus melhores cumprimentos,



Fernando Serrasqueiro
Vice-presidente



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA E DE OBRAS PÚBLICAS

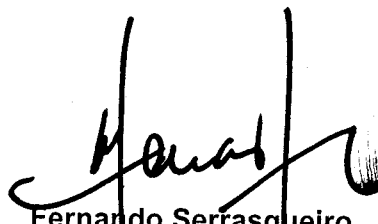
EXMO SENHOR
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Administração Pública

N/Refª: 8 /CEOP

Data: 29 de janeiro de 2014

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Conta Geral do Estado 2012 que foi aprovado por unanimidade, na reunião desta Comissão realizada em 29 de janeiro.

Com os meus melhores cumprimentos,



Fernando Serrasqueiro
Vice-presidente



Comissão de Economia e Obras Públicas

Parecer
Conta Geral do Estado 2012

Autor: Deputado
Rui Barreto (CDS-PP)



Comissão de Economia e Obras Públicas

ÍNDICE

PARTE I - CONSIDERANDOS

PARTE II - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE IV- ANEXOS

PARTE I – CONSIDERANDOS

Introdução

Nos termos da alínea d) do artigo 162.º da Constituição da República, a Conta Geral do Estado deve ser apresentada até ao dia 31 de Dezembro do ano subsequente ao qual diz respeito, tendo a mesma sido recebida na Assembleia da República em 2 de Julho de 2013.

No respeito pelo disposto no n.º 3 do artigo 205.º do Regimento da Assembleia da República, a Comissão de Economia e Obras Públicas (CEOP) foi chamada a emitir parecer relativo à Conta Geral do Estado de 2012.

A Conta Geral do Estado de 2012 encontra-se acompanhada do Parecer do Tribunal de Contas (*“Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2012”*), do Parecer do Conselho Económico e Social (*“Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2012”*), e do Parecer Técnico da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República (*“Parecer Técnico n.º 8/2013 – Análise da Conta Geral do Estado de 2012: Ótica da Contabilidade Pública”*) a fim de ser elaborado o respetivo Parecer nas áreas de competência material da Comissão de Economia e Obras Públicas (6.ª Comissão)

Por conseguinte, para a elaboração do presente Parecer, foi analisada a Conta Geral do Estado de 2012 e tidos em consideração os referidos Pareceres do Tribunal de Contas, do Conselho Económico e Social e da Unidade Técnica Orçamental da Assembleia da República.

Tendo a Conta Geral do Estado sido distribuída à Comissão de Economia e Obras Públicas foi nomeado relator o Deputado Rui Barreto do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Enquadramento macroeconómico português

A política orçamental do ano de 2012 traduziu, em grande medida, a aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), assinado em Maio de 2011 entre o Estado português a Comissão Europeia (CE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE) ainda na XI Legislatura. Com efeito, o Orçamento do Estado de 2012 foi o primeiro a entrar em execução, após a assinatura do PAEF.

No ano de 2012, o défice das Administrações Públicas situou-se em 6,4% do PIB. Excluindo o efeito decorrente do pagamento dos juros e encargos da dívida pública e as medidas temporárias e operações “one-off”, verifica-se que o saldo primário ajustado registou uma melhoria homóloga de 1,6 p.p do PIB.

Por sua vez, o PIB português contraiu 3,2% em 2012. Se se comparar a composição do crescimento do PIB em 2012 com as projeções que constam no Orçamento do Estado de 2012 verificamos que o consumo privado e a Formação Bruta de Capital Fixo contraíram mais do que o esperado, já o mesmo não sucedeu com o consumo público. Assim, a quebra da procura interna superior ao projetado decorreu, essencialmente, de uma evolução mais desfavorável do consumo privado e do investimento.

Comissão de Economia e Obras Públicas

Relativamente ao comércio externo, salienta-se que as exportações portuguesas continuaram a crescer, tendo continuado a assistir-se à queda acentuada das importações, o que permitiu a redução do desequilíbrio externo. O contributo das exportações líquidas foi mesmo superior ao que estava projetado no Orçamento do Estado de 2012, devido a uma queda mais significativa das importações.

A forte recessão que atingiu a economia portuguesa em 2012 acabou por se traduzir em variações mais desfavoráveis no emprego total e também na taxa de desemprego face ao projeto no Orçamento do Estado de 2012.

A situação económico-financeira em 2012 e a sua comparação com diversas projeções oficiais pode ser consultada no seguinte quadro:

Quadro 1: Enquadramento macroeconómico em 2012 e previsões governamentais

Data:	Estimativa	Previsões M. Finanças				FMI/CE/BCE (MoU)				Erro de previsão (Est. Prev.)			
		Out-11		Mar-12		Jun-12		Set-12		Out-12		Nov-12	
		OE/2012	OE1R/12	OE2R/12	OE2R/12	3.ª Rev.	4.ª Rev.	5.ª Rev.	6.ª Rev.	OE/2012	OE2R/12	3.ª Rev.	6.ª Rev.
Documento: CNT 2013T3; CE													
		Despesa e PIB (taxas reais de variação)											
PIB	-3,2	-2,8	-3,3	-3,0	-3,3	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-0,4	-0,2	0,1	-0,2
Consumo Privado	-5,3	-4,8	-5,8	-5,9	-5,8	-6,0	-5,9	-5,7	-5,7	-0,5	0,6	0,5	0,4
Consumo Público	-4,7	-6,2	-3,2	-3,3	-2,9	-3,4	-3,5	-3,5	-3,5	1,5	-1,4	-1,8	-1,2
FBCI	-13,4	-9,5	-10,2	-14,1	-11,8	-12,2	-14,1	-13,7	-13,7	-3,9	0,7	-1,6	0,3
Procura interna	-6,6												
Exportações	3,2	4,8	2,1	4,3	2,0	3,5	4,3	4,6	4,6	-1,6	-1,1	1,2	-1,4
Importações	-6,6	-4,3	-5,9	-6,6	-6,9	-6,2	-6,5	-5,9	-5,9	-2,3	0,0	0,3	-0,7
		Preços											
Inflação	2,8	3,1	3,1	2,8	3,2	2,7	2,8	2,8	2,8	-0,3	0,0	-0,4	0,0
Deflador do Cons. Priv.	1,5				3,3	2,7	2,1	2,3	2,3			-1,8	-0,8
Deflador do PIB	-0,3	1,7	0,9	0,3	0,9	0,6	0,3	0,3	0,3	-2,0	-0,6	-1,2	-0,6
		Emprego e desemprego											
Desemprego (%)	15,7	13,4	14,5	15,5	14,4	15,4	15,5	15,5	15,5	2,3	0,2	1,3	0,2
Emprego total (taxa de variação, %)	-4,2	-1,0	-2,5	-4,3	-2,5	-4,2	-3,9	-3,9	-3,9	-3,2	0,1	-1,7	-0,3
		Financiamento (em % do PIB)											
Saldo orçamental	-6,4	-4,5	-4,5	-5,0	-4,5	-4,5	-5,0	-5,0	-5,0	-1,9	-1,4	-1,9	-1,4
Dívida Pública	124,1	110,5	112,5	119,1	112,4	114,4	119,1	120,0	120,0	13,6	5,0	11,7	4,1
Cap./necessidade líq. financ. face exterior	0,2	-2,5	-3,0	-1,1	-2,6	-2,0	-1,5	-1,1	-1,1	2,7	1,3	2,8	1,3
		Enquadramento externo											
Inflação (IHPC) - área do euro	2,5												
Procura externa relevante p/ Portugal (be	-0,2	4,8	2,1	-0,2						-5,0			
Preço spot do petróleo Brent (Dólares/bar	111,6	108,6	119,5	102,4						3,0			
Taxas de juro de curto prazo (Euribor-3 me	0,6	1,0	1,1	0,6									
Taxas de juro de longo prazo (OT 10 anos)		5,0	5,0										
Taxa de câmbio nominal (€1 = x USD)	1,28	1,4	1,3	1,3						-0,1			

Fonte: UTAO

Enquadramento Internacional

Ao nível internacional e à semelhança do que havia sucedido no ano de 2011, também em 2012 se assistiu a um menor crescimento da economia mundial face ao ano anterior (3,2% em 2012, o que compara com 3,9% em 2011).

Por sua vez, a área do euro passou de um crescimento de 1,5% em 2011 para uma contração de 0,6% em 2012, com inevitáveis consequências nos níveis de desemprego. A este propósito refira-se que, na área do euro, a taxa de desemprego continuou a subir, passando de 10,2% em 2011 para 11,4% em 2012.

Com efeito, a generalidade dos países da zona euro continuou a ser afetada pela crise das dívidas soberanas com consequências no crescimento económico e no desemprego.

Pelo contrário as economias dos mercados emergentes aceleraram o seu crescimento económico, passando de uma taxa de crescimento de 4,8% em 2011 para 5,8% em 2012.

Em síntese, a economia mundial continuou a desacelerar, nomeadamente devido aos países da zona euro, como se observa no Quadro 2 e 3:

Quadro 2: Crescimento económico mundial

	2009	2010	2011	2012
Economia mundial	-0,4	5,2	3,9	3,2
Economias avançadas	-3,4	3,0	1,7	1,5
EUA	-2,8	2,5	1,8	2,8
Japão	-5,5	4,7	-0,6	2,0
Área do euro	-4,4	2,0	1,5	-0,6
Alemanha	-5,1	3,9	3,4	0,9
França	-3,1	1,7	2,0	0,0
Itália	-5,5	1,7	0,4	-2,4
Espanha	-3,8	-0,2	0,1	-1,6
Reino Unido	-2,8	2,5	1,8	2,8
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	2,8	3,8	4,8	5,8

Fonte: UTAO

Quadro 3: Taxa de desemprego

	2009	2010	2011	2012
Economias avançadas	8,0	8,3	7,9	8,0
EUA	9,3	9,6	8,9	8,1
Japão	5,1	5,1	4,6	4,4
Área do euro	9,6	10,1	10,2	11,4
Alemanha	7,7	7,1	6,0	5,5
França	9,5	9,7	9,6	10,3
Itália	7,8	8,4	8,4	10,7
Espanha	18,0	20,1	21,7	25,0
Reino Unido	9,3	9,6	8,9	8,1
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	2,8	3,8	4,8	5,8

Fonte: UTAO

Análise Setorial

É de referir que, em nosso entender, cumpre em primeira instância situar o Ministério da Economia no total da despesa efetuada pelos vários ministérios

Deste modo, no Quadro 4 observa-se que a despesa total consolidada do Ministério da Economia e do Emprego representou 6% do total da despesa da Administração central consolidada.

Da análise desse quadro conclui-se ainda que o referido Ministério orçamentou uma despesa superior a 4 mil milhões de euros, tendo sido a execução inferior a 3,5 mil milhões:

Quadro 4: Despesa consolidada da Administração Central – por ministérios

Designação	(Milhões de euros)					
	Orçamento de 2012*			Execução de 2012		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Encargos Gerais do Estado	2.827,5	147,7	2.865,6	2.815,5	115,8	2.824,9
Presidência do Conselho de Ministros	252,6	550,9	726,3	211,8	459,7	600,5
Ministério das Finanças	16.175,2	8.980,6	20.573,2	15.502,3	8.656,2	19.585,6
Ministério dos Negócios Estrangeiros	323,6	86,3	346,5	301,5	75,1	317,5
Ministério da Defesa Nacional	1.999,2	167,0	2.159,6	1.816,3	127,4	1.937,1
Ministério da Administração Interna	1.821,2	204,7	1.930,8	1.725,2	189,4	1.820,1
Ministério da Justiça	1.141,8	570,4	1.386,9	1.078,5	471,5	1.273,2
Ministério da Economia e do Emprego	240,6	4.314,0	4.342,5	206,8	3.582,6	3.600,9
Ministério da Agricultura, do Mar, do Amb. e do Ord. do Território	579,6	1.707,6	1.941,9	526,8	1.262,7	1.458,9
Ministério da Saúde	9.829,5	11.023,7	10.566,3	9.795,8	10.312,7	9.838,1
Ministério da Educação e Ciência	7.028,2	2.943,4	8.590,3	6.909,1	2.597,1	8.128,6
Ministerio da Solidariedade e Segurança Social	7.893,9	293,6	8.186,5	7.879,9	248,2	8.127,5
Sub-Total	50.113,0	30.989,9	63.616,4	48.769,5	28.098,4	59.513,0
Transferências para outros ministérios AC			717,4			679,3
Total da despesa da AC Consolidada			62.899,0			58.833,8

Fonte: SCC e SIGO-SFA.

Mapas contabilísticos gerais: Mapa XV - Despesas Correspondentes a Programas.

Nota: Exclui passivos e ativos e transferência do OE para o FRDP.

*Dotação corrigida abatida de cativos.

Por sua vez, de acordo com os valores que constam no Quadro 5, observa-se que a despesa total do Ministério da Economia e do Emprego, segundo a sua classificação económica, se dividiu em 70% de despesas correntes e apenas 30% de despesas de capital:

Quadro 5: Despesa por Classificação Económica do Ministério da Economia e do Emprego

Designação	Orçamento de 2012			Execução de 2012		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	155,5	3.059,2	3.084,0	136,4	2.504,3	2.520,5
Despesas com Pessoal	74,0	470,2	544,2	71,3	428,8	500,1
Aquisição de Bens e Serviços	35,2	704,1	739,4	21,9	550,6	572,5
Transferências Correntes	45,4	302,4	217,0	42,9	267,7	190,5
das quais: intra-instituições do Ministério	29,8	100,9		27,6	92,6	
para as restantes Administrações Públicas	11,3	111,0	122,3	11,3	102,4	113,7
Subsídios	0,0	484,1	484,1	0,0	299,0	299,0
Outras Despesas Correntes	0,9	1.098,5	1.099,3	0,3	958,2	958,5
Despesa de Capital	85,2	1.254,8	1.258,5	70,4	1.078,3	1.080,3
Aquisição de Bens de Capital	3,6	1.120,9	1.124,5	1,1	1.007,0	1.008,1
Transferências de Capital	81,6	133,1	133,3	69,3	71,3	72,2
das quais: intra-instituições do Ministério	73,8	7,6		62,1	6,3	
para as restantes Administrações Públicas	0,0	33,7	33,7	0,0	26,1	26,1
Outras Despesas de Capital	0,0	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	240,6	4.314,0	4.342,5	206,8	3.582,6	3.600,9
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSFERÊNCIAS PARA AP	125,8	4.060,8^F	4.186,5	105,8	3.355,3	3.461,1
Consolidação entre subsectores (SI e SFA)			212,1			188,5

Fonte: Conta Geral do Estado de 2012

Por último e para finalizar a nossa análise, apresentam-se no Quadro 6 a distribuição da despesa por serviço integrado e no Quadro 7 a despesa por Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), concluindo-se que as despesas pagas foram no seu total inferiores às dotações iniciais:

Comissão de Economia e Obras Públicas

Quadro 6: Distribuição da Despesa por Serviço Integrado

Milhões de euros

Serviço Integrado	Dotação Inicial	Dotação disponível	Despesas Pagas	Taxa de execução
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA	21,65	19,94	18,01	90,3%
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA	1,83	1,59	1,28	80,1%
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO	1,28	0,97	0,70	71,8%
AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	36,13	37,18	34,19	92,0%
COMISSÃO DE APLICAÇÃO DE COIMAS EM MATÉRIA ECONÓMICA E PUBLICIDADE	0,94	0,80	0,54	68,0%
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DO TRANSPORTE AÉREO	0,06	0,05	0,05	97,9%
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DO TRANSPORTE MARÍTIMO	0,03	0,02	0,02	97,4%
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DO TRANSPORTE TERRESTRE	0,02	0,02	0,01	30,7%
COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO	0,69	0,50	0,26	51,7%
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRAPARTIDAS	0,48	0,16	0,06	35,7%
DIREÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS	6,38	5,99	4,91	82,0%
DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA	8,10	7,45	6,32	84,8%
DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR	1,91	1,85	1,74	93,8%
DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3,77	3,68	2,63	71,4%
DIREÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DE LISBOA E VALE DO TEJO	3,50	2,86	2,62	91,7%
DIREÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO ALENTEJO	1,51	1,28	1,00	78,4%
DIREÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO ALGARVE	1,23	1,07	0,99	92,3%
DIREÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO CENTRO	2,69	2,25	2,04	90,6%
DIREÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO NORTE	3,40	2,64	2,40	90,7%
GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS	0,84	0,70	0,58	83,5%
GABINETE DE INVESTIGAÇÃO DE SEGURANÇA E DE ACIDENTES FERROVIÁRIOS	0,31	0,11	0,01	4,7%
GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	32,76	28,59	23,30	81,5%
GABINETE DE PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES COM AERONAVES	0,58	0,25	0,15	62,8%
GABINETE DO MINISTRO	2,43	2,02	1,47	72,9%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,84	0,79	0,68	86,1%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA	0,89	0,82	0,62	75,5%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBR. PUBL. TRANSP E COMUNICAÇÕES	1,15	1,01	0,89	88,5%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO EMPREENDEDORISMO, COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	0,94	0,87	0,74	85,0%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO EMPREGO	0,88	0,87	0,70	80,1%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO	0,68	0,65	0,56	86,7%
INSPEÇÃO-GERAL DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1,63	1,20	1,10	91,6%
INSTITUTO DE APOIO AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - TRANSF. OE	26,35	40,75	37,92	93,0%
INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TRANSF. OE	3,90	2,99	2,82	94,3%
INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS - TRANSF. OE	23,14	19,18	11,56	60,3%
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA - TRANSF. OE	11,97	11,02	11,02	100,0%
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL - TRANSF. OE	10,48	9,65	9,51	98,5%
SECRETARIA-GERAL - EX-MEID	10,31	17,48	15,49	88,6%
SECRETARIA-GERAL - EX-MOPTC	11,05	10,23	6,76	66,1%
SECRETARIA-GERAL - SME - EX-MEID	1,32	1,00	0,97	96,8%
SECRETARIA-GERAL - SME - EX-MOPTC	0,19	0,15	0,14	97,1%
TOTAL	238,24	240,64	206,76	85,9%

Fonte: Conta Geral do Estado de 2012

Quadro 7 – Despesa por Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e por Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)

SFA/EPR	Organismos	Milhões de euros			
		Dotação Inicial (1)	Dotação disponível (2)	Despesas Pagas (3)	Taxa de execução (4)=(3)/(2)
SFA	AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA IP	8,22	7,07	6,37	90,1%
SFA	AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA	1,95	1,59	1,24	77,7%
SFA	AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO	1,30	0,99	0,51	52,2%
SFA	AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP	50,54	70,79	59,78	84,4%
EPR	CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEPPI)	3,96	4,16	3,66	88,0%
EPR	CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITORIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS	2,22	2,40	2,22	92,5%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO E DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	3,97	4,19	3,56	85,2%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL	6,13	6,41	5,80	90,5%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. P/ SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE	6,49	7,23	5,76	79,6%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CALÇADO	4,74	4,74	4,57	96,5%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CORTIÇA	1,56	1,59	1,21	75,8%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE FUNDIÇÃO	1,49	1,50	1,46	97,8%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJARIA	1,81	1,90	1,67	88,0%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA ELECTRONICA	4,74	4,86	3,34	68,8%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA	13,62	15,14	13,32	88,0%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA TEXTIL, CONF. E LANIFICIOS	8,05	8,34	7,26	87,1%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REPARAÇÃO AUTOMOVEL	3,41	3,50	3,34	95,4%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS INDUSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIARIO	1,65	1,76	1,57	89,4%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR	5,57	5,65	4,49	79,4%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO	2,46	2,64	2,29	86,7%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INDUSTRIA DE CERAMICA	2,95	2,95	2,50	84,5%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMERCIO E AFINS	3,09	3,13	2,77	88,5%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR ALIMENTAR	4,65	4,72	4,32	91,6%
EPR	CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL E APERFEIÇAMENTO PROFISSIONAL	3,94	3,97	3,42	86,2%
EPR	CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAJA	5,00	5,30	4,50	84,9%
EPR	CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS	1,00	1,17	0,87	73,9%
EPR	CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR DA JUSTIÇA	2,76	2,82	2,43	86,2%
EPR	ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A.	16,73	16,73	8,38	50,1%
SFA	ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS IP	8,25	8,25	7,50	90,9%
EPR	ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.	1.804,58	1.767,14	1.621,89	91,8%
EPR	FCM - FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MÓVEIS	2,79	2,79	1,37	49,2%
SFA	INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO	10,52	8,94	7,34	82,0%
SFA	INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES	58,72	46,65	32,94	70,6%
SFA	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A INOVAÇÃO IP	426,52	550,74	405,08	73,6%
SFA	INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVARIAS	5,89	4,44	3,51	79,0%
SFA	INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP	230,02	269,95	226,95	84,1%
SFA	INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP	917,78	928,99	642,11	69,1%
SFA	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP	13,85	10,21	7,84	76,8%
SFA	INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	56,50	57,95	41,49	71,6%
SFA	INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS	48,03	48,03	31,79	66,2%
SFA	INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE IP	6,56	6,74	5,64	83,7%
SFA	INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO IP	4,34	4,85	4,85	100,0%
SFA	LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA IP	23,46	21,34	17,88	83,8%
SFA	LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	30,11	28,68	22,95	80,0%
EPR	METRO DO PORTO, S.A.	398,93	546,60	508,38	93,0%
EPR	METROPOLITANO DE LISBOA, S.A.	854,04	856,49	819,21	95,6%
EPR	REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER, EPE	955,80	1.168,43	1.065,54	91,2%
EPR	SIEM - SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO ELECTRONICA DE VEICULOS, S.A.	1,36	1,36	0,52	38,2%
TOTAL		6.032,04	6.535,82	5.637,40	86,3%

Fonte: Conta Geral do Estado de 2012

II. Da Opinião do Deputado Relator

Sendo a opinião do Relator de elaboração facultativa, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República, o deputado relator reserva a sua opinião neste relatório não a emitindo.

III. Das Conclusões

A Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, em reunião realizada no dia 29 de Janeiro, aprova o seguinte parecer:

A Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas é do parecer que o presente Relatório, sobre a Conta Geral do Estado de 2012, deverá ser remetido à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, em conformidade com o artigo 206.º, n.º 1, alínea c), do Regimento da Assembleia da República, reservando os grupos parlamentares as suas posições para o debate em plenário.

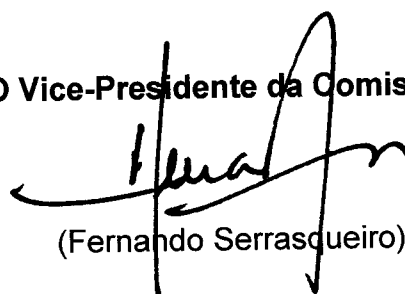
Palácio de São Bento, 29 de Janeiro de 2014

O Deputado Relator,



(Rui Barreto)

O Vice-Presidente da Comissão,



(Fernando Serrasqueiro)